



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Antonio de Melo e Lima

073

APELAÇÃO CRIMINAL Nº 0135948-6

APELANTES: Paulo Cavalcanti Malta e Márcia Vieira de Melo Malta

APELADO: Ministério Público do Estado de Pernambuco

PROCURADOR DE JUSTIÇA: Dr. ANTÔNIO CARLOS DE OLIVEIRA CAVALCANTI

RELATOR: Des. ANTONIO DE MELO E LIMA

REVISOR: Des. NIVALDO MULATINHO DE MEDEIROS CORREIA FILHO

ÓRGÃO JULGADOR: TERCEIRA CÂMARA CRIMINAL

5467
EMENTA: PENAL E PROCESSUAL PENAL. TENTATIVA DE ESTELIONATO. RECURSO DA DEFESA. DECLARAÇÃO DA PRESCRIÇÃO.

1. Apelantes condenados à pena de 02 (dois) anos de reclusão, a prescrição superveniente ocorre em 04 (quatro) anos, conforme inteligência do art. 109, inciso V, do CPB;
2. Sentença publicada em 10/10/2005 e transitada em julgado para a acusação, abre espaço para contagem do prazo prescricional pela pena concreta;
3. Prescrição superveniente que se deu desde o dia 09/10/2009;
4. Acolheu-se a preliminar do relator, à unanimidade, sendo declarada a extinção da punibilidade em decorrência da prescrição superveniente.

A C Ó R D ã O

Vistos relatados e discutidos estes autos de Apelação Criminal nº 0135948-6, oriunda da 11ª Vara Criminal da Comarca de Recife-PE, onde figuram como partes às acima mencionadas, acordam os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que integram a Terceira Câmara Criminal deste Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, por unanimidade de votos, em sessão de ____/____/____, em declarar extinta a punibilidade do



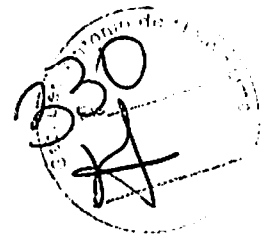
PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Antonio de Melo e Lima

074

apelante, tudo consoante relatório e voto digitados em anexo, que passam a integrar este acórdão.

Recife, 17 de Agosto de 2009.


Des. Antonio de Melo e Lima
Relator



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Antonio de Melo e Lima

075

APELAÇÃO CRIMINAL Nº 0135948-6

APELANTES: Paulo Cavalcanti Malta e Márcia Vieira de Melo Malta

APELADO: Ministério Público do Estado de Pernambuco
PROCURADOR DE JUSTIÇA: Dr. ANTÔNIO CARLOS DE OLIVEIRA CAVALCANTI

RELATOR: Des. ANTONIO DE MELO E LIMA

ÓRGÃO JULGADOR: Terceira Câmara Criminal

RELATÓRIO

Paulo Cavalcanti Malta e Márcia Vieira de Melo Malta, por intermédio dos seus advogados, apelaram da sentença condenatória prolatada pelo Juízo de Direito da 11ª Vara Criminal da Comarca de Recife-PE.

Os apelantes em suas razões de fls. 276/302, guindaram a preliminar de nulidade do processo pela inobservância do art. 89 da Lei n.º 9.099/95.

No mérito, buscam as absolvições dos sentenciados, sustentando, em síntese, que as suas condutas foram atípicas. Alegaram que inexistente prova para fundamentar suas condenações. Levantaram as teses de crime impossível e de mera cogitação ou atos preparatórios. Por fim, alternativamente, atacaram a dosimetria da pena-base e a aplicação do redutor da tentativa.

Nas contra-razões de fls. 307/311, o apelado pugnou pela rejeição da preliminar e no mérito pelo não provimento da apelação.

Ecam



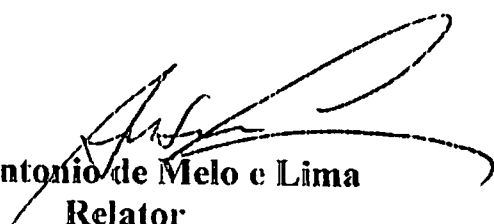
PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Antonio de Melo e Lima

076

O douto Procurador de Justiça, em parecer exarado às fls. 314/318, opinou pelo acatamento da preliminar e no mérito pelo não provimento do apelo.

É o relatório. À Revisão.

Recife, 27 de março de 2008.


Des. Antonio de Melo e Lima
Relator



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

077

Gabinete Des. Antonio de Melo e Lima

APELAÇÃO CRIMINAL Nº 0135948-6

APELANTES: Paulo Cavalcanti Malta e Márcia Vieira de Melo Malta

APELADO: Ministério Público do Estado de Pernambuco

PROCURADOR DE JUSTIÇA: Dr. ANTÔNIO CARLOS DE OLIVEIRA CAVALCANTI

RELATOR: Des. ANTONIO DE MELO E LIMA

REVISOR: Des. NIVALDO MULATINHO DE MEDEIROS CORREIA FILHO

ÓRGÃO JULGADOR: TERCEIRA CÂMARA CRIMINAL

VOTO DO RELATOR

Srs. Desembargadores,

Trata-se de recurso da defesa atacando as condenações dos apelantes nas penas do art. 171, Caput, c/c art. 29 e 14, II, todos do CPB (tentativa de estelionato).

Os apelantes em suas razões de fls. 276/302, guindaram a preliminar de nulidade do processo pela inobservância do art. 89 da Lei n.º 9.099/95. No mérito, buscam as absolvições dos sentenciados, atacaram a dosimetria da pena-base e a aplicação do redutor da tentativa.

Acontece que nenhum argumento recursal será analisado, vez que verifiquei que está extinta a punibilidade dos recorrentes, em razão da ocorrência da prescrição superveniente.

Compulsando os autos constato que os apelantes foram condenados a **pena de 02 (dois) anos de reclusão**, para cada um.

O § 1º do art. 110, do CPB, ao tratar da prescrição superveniente, determina que seja analisada a **fluência do prazo prescricional existente entre a data da sentença e o seu trânsito em julgado.**

Desta forma, como a pena aplicada na sentença foi de 02 (dois)

[Assinatura]
3



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Antonio de Melo e Lima

078

anos, a **prescrição superveniente** ocorrerá em 04 (quatro) anos, conforme inteligência do art. 109, inciso V, do CPB.

Pois bem.

Como a sentença foi publicada no dia 10/10/2005 (f. 254, sendo este o último ato que interrompeu a fluência do prazo prescricional, **verifico a ocorrência da prescrição superveniente desde o dia 09/10/2009.**

Ressalto que o presente apelo foi relatado e remetido à revisão desde o dia 25/03/2008.

Diante do exposto, em preliminar de ofício, declaro a **EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE**, ante a ocorrência da prescrição da pretensão punitiva.

É como voto.

Recife, 17 de dezembro de 2009.


Des. Antonio de Melo e Lima
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Nivaldo Mulatinho Filho
Terceira Câmara Criminal

079

APELAÇÃO CRIMINAL Nº: 0135948-6
COMARCA : Recife – 11ª Vara Criminal
APELANTES : Paulo Cavalcanti Malta e Márcia Vieira de Melo Malta
APELADO : Ministério Público do Estado de Pernambuco
RELATOR : Des. Antônio de Melo e Lima
REVISOR : Des. Nivaldo Mulatinho Filho

VOTO DE REVISÃO – Preliminar de Extinção de Punibilidade

Trata-se de Apelação Criminal interposta (fls. 255) pelos acusados PAULO CAVALCANTI MALTA E MÁRCIA VIEIRA DE MELO MALTA, contra a Sentença de fls. 248/253, do Juízo da 11ª Vara Criminal da Comarca da Capital, que os condenou à pena de **02 (dois) anos de reclusão**, além do pagamento de 20 (vinte) dias-multa, por infração ao art. 171, *caput*, c/c os arts. 29 e 14, II, todos do Código Penal. A pena privativa de liberdade foi substituída por restritiva de direitos, com a determinação de prestação de serviços a entidades públicas, com duração idêntica à pena aplicada.

Em suas razões (fls. 276/302), os apelantes perseguem a reforma da Sentença hostilizada, buscando as suas absolvições.

Mas, no caso concreto presente, ocorreu a observância da Prescrição Intercorrente ou Subsequente.

A Denúncia foi recebida em 27 de agosto de 2002 (fls. 02) e a Sentença Condenatória data de 10 de outubro de 2005, publicada na mesma data (fls. 254).



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Nivaldo Mulatinho Filho
Terceira Câmara Criminal



080

As penas definitivas aplicadas aos acusados foi, como visto, igual a 02 (dois) anos, tendo ocorrido o trânsito em julgado da sentença para a acusação.

No caso concreto presente, a extinção da pretensão punitiva regula-se pela **pena efetivamente aplicada**, conforme previsão do art. 110, § 1º, do Código Penal, ocorrendo, *in casu*, em 04 (quatro) anos, nos termos do art. 109, V, do Código Penal.

A publicação da Sentença hostilizada ocorreu, como ressaltado, aos 10.10.2005 (fls. 254), não havendo qualquer ato que interrompesse ou suspendesse a fluência do prazo prescricional.

Constato, portanto, que o crime imputado às acusadas encontra-se prescrito desde 09.10.2009.

Pelo exposto, tenho como **Extinta a Punibilidade dos apelantes PAULO CAVALCANTI MALTA E MÁRCIA VIEIRA DE MELO MALTA**, ante a ocorrência da prescrição subsequente, nos moldes dos arts. 107, IV, e 109, V, ambos do Código Penal, c/c o art. 61, do Código de Processo Penal e art. 110, § 1º, do CP.

É como voto.

Recife, 17 de dezembro de 2009.


Des. Nivaldo Mulatinho Filho – Revisor